



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

EMENDA DE ADEQUAÇÃO ADOTADA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 2.479, DE 2007

Dispõe sobre a divulgação obrigatória, pela União, do montante de tributos que deixou de ser recolhido aos cofres públicos à título de benefícios fiscais concedidos às instituições privadas, prestadoras de serviços educacionais, na realização de atividades de ensino .

O art. 1º do Projeto de Lei nº 2.479, de 2007, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º A União, por meio da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS deverá divulgar no respectivo sítio da internet e atualizará semestralmente, o valor do montante que deixou de ser recolhido em decorrência da concessão de benefícios fiscais às instituições privadas de ensino, que realizam atividades de ensino, discriminando os valores por órgão da administração direta e por instituição de ensino, conforme sua natureza jurídica – com ou sem fins lucrativos – nas diversas modalidades de ensino e nos programas educacionais.

Parágrafo Único. O não cumprimento do disposto no caput deste artigo configurará ato de improbidade administrativa, sujeito às penalidades previstas na legislação vigente.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2015.

Deputada **SORAYA SANTOS**
Presidente